

AUTISMO: DESAFIOS DO PROFESSOR NO CONVÍVIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Juciana Folster Solonca

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar os desafios do professor no convívio com autista na educação infantil. O tema “autismo” está sendo muito discutido nas academias, pois percebe-se a necessidade de um tratamento diferenciado e ao mesmo tempo inclusivo. O autismo é considerado um transtorno de desenvolvimento de base biológica e provoca alterações na sociabilidade, na linguagem e na capacidade imaginativa do indivíduo. O seu diagnóstico na maioria das vezes acontece antes dos três primeiros anos de vida, idade em que a criança já frequenta a educação infantil. Para a aquisição dos dados utilizou-se um questionário com perguntas abertas e semiabertas. Esse questionário foi enviado para quinze professores da rede municipal de ensino de seis instituições entre os dias 13 a 21 de setembro de 2017. A abordagem de análise foi de uma pesquisa qualitativa. As entrevistas mostraram que os professores ao receberem uma criança com autismo em sua turma, num primeiro momento, sentem-se angustiados por não saberem lidar com essa situação. Esta angústia provém da falta de conhecimento sobre autismo e da falta de formação para lidar com diferentes desafios. O professor por não ter formação necessária a respeito e se sente despreparado para detectar se aquela determinada criança tem ou não alguma característica de autismo. Para que haja a efetiva inclusão escolar é preciso uma formação apropriada dos profissionais da educação. Portanto, a formação dos professores é indispensável nesse processo. Não apenas para uma minoria, mas para todos profissionais envolvidos, pois a criança com autismo merece um atendimento de qualidade.

Palavras-chave: Autismo. Educação Infantil. Formação Docente.

1 INTRODUÇÃO

O autismo é considerado um transtorno de desenvolvimento de base biológica que compromete a cognição (habilidade ligada ao aprendizado, memória, percepção, entre outros atributos) e provoca alterações na sociabilidade, na linguagem e na capacidade imaginativa

Juciana Folster Solonca, Mestranda do Curso de Ciências da Educação da Universidade Grendal, Santa Catarina.

Jufsolonca@gmail.com

Graziela Raupp Pereira, Phd em Educação pela Universidade de Aveiro, Portugal.

raupp.graziela@gmail.com

do indivíduo. Embora ainda não se tenha uma confirmação científica para sua origem, há estudiosos que acreditam que possam ter relação com fatores genéticos, ou com quadros infecciosos, ou ainda um conjunto fatores, que podem ser responsáveis por este transtorno (MACIEL, 2014).

Pode-se dizer que é um transtorno que pode apresentar diferentes graus para cada portador, que limita a capacidade de aprendizagem, mas ainda assim, autista tem alguma capacidade de aprendizagem que pode e deve ser explorada no contexto escolar. É preciso que se busque maneiras de incluir o portador de autismo no contexto escolar começando já na educação infantil.

Assim, para este trabalho traçou-se como objetivo principal identificar os desafios do professor de educação infantil para incluir socialmente o autista no contexto escolar.

2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE AUTISMO

A expressão autismo foi utilizada em 1911 por Bleuler, e em 1943 por Kanner, quando pesquisou o comportamento de onze crianças que apresentavam características comuns, ou seja, a dificuldade afetiva e interpessoal. A doença ficou conhecida como “Aspeger” e só foi reconhecida pela DSM-IV em 1994, quando os artigos escritos por Asperger foram traduzidos para o inglês (ROTTA; OHLWEILER; RIESGO, 2005).

Geralmente, é diagnosticada entre os 2 e 3 anos de idade, fase em que a criança começa apresentar problemas na comunicação, na socialização e no comportamento, sendo quatro vezes mais comuns em meninos do que em meninas porém, os quadros mais graves geralmente acometem as meninas. A noção de espectro do autismo foi descrita por Lorna Wing em 1988, e sugere que as características do autismo variam de acordo com o desenvolvimento cognitivo; assim, em um extremo, temos os quadros de autismo associados à deficiência intelectual grave, sem o desenvolvimento da linguagem, com padrões repetitivos simples e bem marcados de comportamento e déficit importante na interação social, e no extremo oposto, quadros de autismo, chamados de “Síndrome de Asperger”, sem deficiência intelectual, sem atraso significativo na linguagem, com interação social peculiar e bizarra, e sem movimentos repetitivos tão evidentes (AMA, 2014, apud LEHMKUHL, 2014).

O autismo, também chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA), é um

Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) que tem influência genética e é causado por defeitos em partes do cérebro (NADAL, 2011).

Para Facion (2007, p. 27),

[...] autismo é uma síndrome, portanto um conjunto de sintomas, presente desde o nascimento e que se manifesta invariavelmente antes dos três anos de idade. Ele é caracterizado por respostas anormais a estímulos auditivos e/ou visuais e por problemas graves na compreensão da linguagem oral. A fala custa a aparecer e, quando isso acontece, podemos observar a ecolalia (repetição das palavras), o uso inadequado de pronomes, estrutura gramatical imatura e grande inabilidade para usar termos abstratos.

Antônio (2017, p.1) apresenta algumas características do autismo como “dificuldade na fala e em expressar ideias e sentimentos, mal-estar no contato com outras pessoas, pouco contato visual, além de padrões repetitivos e movimentos estereotipados, como ficar muito tempo sentado balançando o corpo para frente e para trás”.

Segundo Mello (2005, p. 11):

O autismo é um distúrbio do desenvolvimento humano que vem sendo estudado pela ciência há quase seis décadas, mas sobre o qual ainda permanecem, dentro do próprio âmbito da ciência, divergências e grandes questões por responder. [...] Atualmente, embora o autismo seja bem mais conhecido, tendo inclusive sido tema de vários filmes de sucesso, ele ainda surpreende pela diversidade de características que pode apresentar e pelo fato de, na maioria das vezes, a criança que tem autismo tem uma aparência normal.

Envolve o comprometimento em três áreas básicas: interação social, comunicação e comportamento, sendo que a interação social é a que a área mais afetada por causa da tendência ao isolamento (MARTINOTO, 2012). Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2005) afirmam que estes comportamentos são apresentados pela criança autista tanto na família quanto na comunidade e na escola. Ressalta que os déficits sociais, cognitivos, os problemas de comportamento e da comunicação, além da hiperatividade, desatenção, agressividade e automutilação, como também algumas respostas anormais a estímulos sensoriais: audição, tato, visão, podem ser percebidas nestas crianças.

O autismo, de acordo com o DSM-IV-TR2, pode ser classificado em fases de desenvolvimento mais comuns e mais utilizado em diagnósticos:

- **Transtorno Autista (TA):** se caracteriza por um quadro clínico em que prevalecem prejuízos na interação social, nos comportamentos não verbais (como contato visual, postura e expressão facial) e na comunicação (verbal e não verbal), podendo existir atraso ou mesmo ausência da linguagem. Pode haver, também, ecolalia e uso de linguagem estereotipada. As pessoas com o TA apresentam dificuldades no estabelecimento de relações sociais,

preferindo atividades mais solitárias. Também apresentam dificuldades sociais para compartilhar interesses, iniciar ou manter interações sociais; possuem dificuldades em compreender expressões faciais de sentimentos e afetos. Comportamentos estereotipados são observados (como bater palmas ou *flapping* – movimentar os braços como que batendo asas), os interesses são limitados, e há dificuldade em mudar rotinas, dentre outras alterações. Os primeiros sinais do transtorno podem ser identificados antes dos 3 anos de idade. É importante relatar que há risco maior de ocorrência desse transtorno entre irmãos de pessoas afetadas (MECCA et al., 2011).

- **Transtorno de Asperger** é apresentado como um transtorno que ocasiona de leves a graves prejuízos na interação social, restrição de interesses e atividades, adesão aparentemente inflexível a rotinas e rituais, alteração da prosódia (entonação da fala) e comportamentos repetitivos. Uma diferença clínica que existe entre o Transtorno de Asperger e o Transtorno Autista é que, nesse último, geralmente têm sido identificados atrasos de linguagem e atrasos expressivos nas habilidades cognitivas e de autocuidado, diferentemente do que ocorre em pessoas com Transtorno de Asperger (KLIN, 2006).
- **Transtorno invasivo do desenvolvimento sem outra especificação (TID-SOE)** o quadro clínico caracterizado por prejuízos severos na interação social e na comunicação verbal e não verbal e por comportamentos estereotipados que não satisfazem o critério de TA devido ao seu início tardio. De acordo com Klin (2006), para esse diagnóstico ser adotado o critério deve ser o de exclusão de TA. Essa condição pode ser considerada mesmo se a pessoa apresentar menos do que seis sintomas no total, que é o mínimo requerido pelo DSM-IV-TR, e/ou apresentar idade de início maior do que 36 meses, também requerido pelo DSM-IV-TR. Contudo, autores destacam que o diagnóstico de TID-SOE é mais complexo que o diagnóstico das outras categorias.

Para Khoury, Teixeira e Carreiro et al. (2014), no autismo três grandes áreas são afetadas: interação social, comunicação, comportamento.

Interação social: crianças portadoras de autismo apresentam graus de diferente de

dificuldades de interação social, umas mais graves outras mais leves. As que apresentam grau mais grave vivem sozinhas a maioria e se isolam dos demais, balançam-se e podem balbuciar de maneira estereotipada durante um longo período de tempo. As que apresentam quadros mais leves são crianças que transitam entre as pessoas, mas encontram dificuldades em interagir socialmente, não conseguindo estreitar os relacionamentos, podendo ser confundidos com timidez.

Comunicação: crianças com TEA apresentam prejuízos na comunicação, tanto na linguagem verbal quanto na não verbal. Muitas vezes, não conseguem entender expressões emocionais, gestos, símbolos e metáforas. Outra característica destas crianças é que apresentam pouca curiosidade social; não relatam como foi seu dia espontaneamente nem perguntam sobre o dia dos outros. e, muitas vezes, não permitem que os outros entrem na conversa; muitas vezes, também, não entendem ironias nem metáforas, assim como respondem monossilabicamente àquilo que foi perguntado.

Comportamento: em relação ao comportamento apresentam - Comportamentos motores estereotipados e repetitivos, por exemplo: Pular, balançar, fazer movimentos com os dedos e/ou mãos, fazer careta, bater palmas, entre outros e comportamentos disruptivos, como rituais e rotinas, interesses restritos, aderência rígida a uma regra, entre outros.

São características gerais que crianças com TEA podem apresentar, embora estes níveis possam variar de uma criança para outra:

[...] interesses restritos; pouco ou nenhum contato visual; ecolalia (repetição de elementos da fala); frequentemente não respondem quando são chamadas; dificuldades para expressar necessidades; apego a rotinas (rejeição às mudanças); movimentos estereotipados e repetitivos; frequentemente não gostam do toque físico, sentem-se incomodadas; podem andar nas pontas dos pés; autoagressão (podem morder-se, bater-se); preferem brincadeiras de giros ou balanços; podem ter habilidades específicas bem desenvolvidas ou ilhotas de habilidades; aversão a barulhos altos; dificuldades em manter e em sustentar a atenção por longos períodos de tempo; instabilidade de humor; limiares de dor elevados; preferências por brincadeiras relacionadas a enfileirar ou empilhar coisas; dificuldades em coordenação motora fina (KHOURY; TEIXEIRA; CARREIRO, et al. 2014, p. 23-24).

Em relação ao tratamento do portador de autismo, não existe tratamento padrão que possa ser utilizado. Cada paciente exige acompanhamento individual, de acordo com suas necessidades e deficiências. Alguns podem beneficiar-se com o uso de medicamentos, especialmente quando existem co-morbidades associadas (VARELA, 2017).

A área da Educação incluiu o autismo como uma das categorias a serem incluídas na Política Nacional de Educação Especial do MEC, elaborada pela Secretaria de Educação

Especial, com a seguinte qualificação:

[...] manifestações de comportamento típicas de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado (BRASIL, MEC/SEESP, 1994, p. 14).

Nas últimas décadas as políticas públicas e a sociedade civil, tem possibilitado o acesso do aluno com necessidades especiais ao ensino regular. As pessoas com autismo têm capacidade inata para desenvolver o contato afetivo o que pode estar relacionado a déficits em diferentes níveis comportamentais, afetivos e de linguagem.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimentos metodológicos utilizou-se, primeiramente a pesquisa bibliográfica, que segundo Vergara (2007, p. 48) “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. As principais contribuições foram fichadas e fazem parte da fundamentação teórica do estudo.

Constitui-se também uma pesquisa exploratória, que segundo Vergara, (2007, p. 47), “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado por sua natureza de sondagem”, complementando a finalidade da pesquisa exploratória, Gil (2002, p 41) cita que “pode se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”.

A utilização da abordagem qualitativa foi utilizada, porque segundo Lakatos (2007), este método “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento e preocupa-se em qualificar e não quantificar os dados encontrados. etc.

A coleta de dados deu-se através de questionários junto a onze professores da rede municipal de ensino da cidade de Florianópolis, com perguntas direcionadas, que respondessem quais os desafios que tem o professor de Educação Infantil quando tem em turma uma criança autista.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Diante das informações coletadas, apurou-se que das onze profissionais que responderam o questionário, cinco possuem crianças com autismo, também cinco professoras têm algum tipo de curso na área. Das onze entrevistadas apenas quatro se sentem preparadas para receber uma criança com autismo.

Pode-se perceber que os profissionais da área de educação infantil ainda não estão preparados para receber uma criança com autismo. Apesar de estarem preocupados em aprender e ir em busca de novos conhecimentos sobre o assunto, a maioria fica insegura e se sente despreparada para lidar com certos acontecimentos no cotidiano, no tocante as crianças com autismo. Corroborando este pensamento, Martins (2007), em sua pesquisa, identificou que uma das dificuldades em sala de aula está na falta de informação acerca do autismo e, até mesmo a dificuldade de comunicação com esses alunos.

Quando se inicia o contato pela primeira vez com uma criança autista, aparecem muitas dúvidas e incertezas, desta forma é necessário buscar parcerias com as suas famílias e até mesmo de alguns profissionais que tenham mais conhecimentos e esclarecimentos sobre o assunto. Esta busca de parcerias também é defendida por Serra (2008), em sua pesquisa, que aponta que a diversidade de característica dos alunos autistas é um dos grandes desafios para a sua inclusão. Quando se está diante de um sujeito repleto de diversidade, seria um absurdo oferecer um “pacote educacional” e, mais ainda, procurar “normalizá-los”, seja por meio das oportunidades de inclusão ou de técnicas padronizadas de treinamento comportamental (SERRA, 2008, p. 114).

Muitos respondentes sentem-se despreparados e com anseios de não conseguir contribuir para que a criança possa se inserir no novo espaço. A angústia surge diante das dificuldades em relação a interação, principalmente, quando precisa intermediar os conflitos com as outras crianças. Porém, Felício (2007, p. 25), chama a atenção de que “[...] para se educar um autista é preciso também promover sua integração social, é o primeiro passo para que aconteça esta integração, sendo possível por meio dela a aquisição de conceitos importantes para o curso da vida”.

Apesar de algumas professoras que responderam o questionário não medirem esforços e fazerem “de tudo” que está ao seu alcance como profissional, é preciso reconhecer que ainda se está longe do desejado, é necessário conhecer melhor a criança e, assim se relacionar com ela e ajustar o comportamento muitas vezes diferenciado. Assim como em outros transtornos do desenvolvimento, crianças com TEA possuem necessidades

educacionais especiais devido às condições clínicas, comportamentais, cognitivas, de linguagem e de adaptação social que apresentam (GOMES; MENDES, 2010). Cada criança é única e tem suas particularidades e precisa ser vista assim, necessitando de uma atenção especial, um olhar mais próximo às suas necessidades.

Para que isso aconteça a prefeitura municipal de Florianópolis disponibiliza um professor auxiliar da área da educação especial para acompanhar o autista no decorrer do dia. Geralmente esse profissional, participa de todos os momentos junto ao grupo, incentivando sua participação junto as outras crianças, porém em alguns momentos percebe-se que precisa de mais tempo para a sua interação com que está sendo proposto.

Orrú (2003, p.1) diz

[...] é imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes [...]devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas [...].

As crianças em geral aceitam muito bem a criança com autismo sem fazer diferenciação. Os conflitos ocorrem envolvendo tanto a criança com autismo, como com as outras crianças. Se não ocorresse não estaria sendo efetivado o objetivo de inclusão e interação de todos os alunos.

Para acontecer a inclusão da criança com autismo de forma mais efetiva na educação infantil, fase importante para seu desenvolvimento, é necessário também capacitar os professores para que tenham mais qualidade, para assim atuar de forma adequada com os desafios propostos. Esta capacitação é prevista na Lei 12.174/12, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo “[...] significa o compromisso do País na execução de um conjunto de ações, nos três níveis de governo, necessário à integralidade das atenções a estas pessoas” (BRASIL, 2012). Esta lei busca proteger e eliminar qualquer forma de discriminação de portadores de autismo, ao mesmo tempo garante direitos a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento; acesso à educação; à proteção social (benefícios, cuidados e moradia); ao trabalho e a provisões adequadas de serviços que lhes propiciem a igualdade de oportunidades (BRASIL, 2012).

A prefeitura municipal de Florianópolis disponibilizou algumas vagas limitadas de cursos sobre autismo, onde a grande maioria não tem a possibilidade de fazer e outros profissionais nem ficam sabendo sobre o curso e, em outros momentos, é mais direcionado às profissionais auxiliares de educação especial. No contexto escolar, o profissional da educação infantil é o agente essencial para promover a interação da criança autista com os

demais colegas, transformando suas necessidades em igualdade para todos. Na Lei 12.174/12, em seu art. 2º, item VII diz que “o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis” (BRASIL, 2012). Isto quer dizer que para que haja a efetiva inclusão escolar é preciso que haja formação adequada dos profissionais da educação. Portanto, a formação dos professores é indispensável nesse processo. Não apenas para uma minoria, mas para todos profissionais interessados, pois a criança com autismo merece também um ensino de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos de considerações finais cabe destacar que o professor de educação infantil na rede de ensino de Florianópolis quando se defronta com uma criança com autismo, tem no primeiro momento, angústia e incerteza de como lidar com esta criança. A lei determina a inclusão de crianças com esta síndrome no ensino regular e determina também que deva haver formação do professor para receber crianças com autismo e com qualquer outra deficiência.

O que se percebe na fala nos professores, é a de que não foram preparados para recebê-los, porém no decorrer do contato com elas passam a perceber possibilidades de incluí-las nas atividades de educação infantil. É importante ressaltar, que não ficam de braços cruzados diante deste desafio, vão em busca de conhecimento, seja por meio de pesquisas, seja em função do apoio da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis, seja na inteiração com os familiares e, assim, enfrentam os desafios que lhes são propostos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIO, Rosa M. R. **Entenda o que é Autismo e como ele se manifesta (2017).**

Disponível em: <https://www.tuasaude.com/autismo-infantil/>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Sub-Chefia para Assuntos Jurídicos. Lei 12.764/2012 27 de dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012.

DSM-IV. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** 4. ed. Washington

(DC): Associação Americana de Psiquiatria. 1994.

FACION, J. R. **Transtornos do desenvolvimento e do comportamento**. 3 ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

FELICIO, V. C. **O autismo e o professor: um saber que pode ajudar**. Bauru, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2007.

GOMES, C.G.S.; MENDES, E.G. **Escolarização inclusiva de alunos com autismo na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 16, n. 3, p. 375-396, 2010.

KHOURY, L. P.; TEIXEIRA, M C. T. V.; CARREIRO, L. R. R. e al. **Manejo comportamental de crianças com transtornos do espectro do autismo em condição de inclusão escolar: orientações para professores**. São Paulo: Memnon, 2014.

KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. Revista Psiquiatria Rio Grande Sul, v. 28. N. suTpl.1, p. s3-s11, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEHMKUHL, L. F. F. **Autismo e a escola: desafio para os educadores**. 2014. 15f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial) – Universidade Leonardo da Vinci, Polo Presencial da FADESC, Palhoça, 2014.

MACIEL, L. **Crianças autistas na escola**. Publicado em 24 de Jan de 2014. Disponível em: <http://revistavivasauade.uol.com.br/familia/criancas-autistas-na-escola/282/>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MARTINOTO, L. B. **A importância da qualificação do profissional da educação infantil, no atendimento de crianças com autismo**. Revista Vento e Movimento, v. 1, n. 1, p. 6-20, Abril, 2011.

MARTINS, M. R. R. **Inclusão de alunos autistas no ensino regular: concepções e práticas pedagógicas de professores regentes**. 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2007

MECCA, T.P.; BRAVO, R.B.; VELLOSO, R.L. et al. **Rastreamento de sinais e sintomas de Transtornos do Espectro do Autismo em irmãos**. Revista Psiquiatria Rio Grande Sul, v. 33, n. 2. P. 116-120, 2011.

MELLO, A. M.S. R. **Autismo: guia prático**. 4. Ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2005.

NADAL, P. **O que é o autismo?** Publicado em: 01 abr. 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/281/na-duvida-autismo-inclusao>. Acesso em: 01 set. 2017.

ORRÚ, S. E. A Formação de Professores e a Educação de Autistas. **Revista Iberoamericana de Educación (Online)**, Espanha, v. 31, p. 01-15, 2003.

ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. **Rotinas em neuropsiquiatria**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SERRA, D. C. G. **Entre a esperança e o limite**: um estudo sobre a inclusão de alunos com autismo em classes regulares. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008.

VARELA, D. **Autismo (ano)**. Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/crianca-2/autismo/>. Acesso em: 27 ago. 2017

VERGARA, S. C. **Projetos e relatório de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo. Atlas, 2007.